



01/12/2014 - Sinttel

## Pelo fim da violência contra as mulheres

A Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher foi lançada em 1991 pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership – CWGL/EUA). Mais de 130 países já aderiram a Campanha, que tem início no dia 25 de novembro – Dia Internacional de Não Violência Contra as Mulheres – e termina no dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.

No Brasil os movimentos feministas e de mulheres realizam atividades alusivas à campanha desde o dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, lembrando as mulheres negras que sofrem dupla discriminação e são alvos de violência constantes. O Dia Nacional da Consciência Negra foi instituído em 1978, refere-se ao dia 20 de novembro de 1695 – dia do assassinato de Zumbi de Palmares, líder do maior quilombo das Américas. Outra lembrança significativa é a líder negra Dandara esposa de Zumbi, Dandara foi uma grande liderança na luta contra o sistema escravocrata do século XVII.

Já o Dia 25 de novembro é uma homenagem as irmãs Mirabal, Minerva, Pátria e Maria Tereza, conhecidas como “Las Mariposas”, brutalmente assassinadas no dia 25 de novembro de 1960 pelo ditador Rafael Leônidas Trujillo, da República Dominicana. Outras datas lembradas nos 16 dias é o 1º de dezembro – Dia Mundial de Combate à Hiv/Aids, com o objetivo de alertar e prevenir a disseminação do vírus que tem aumentado entre as mulheres jovens, heterossexuais e com relação estável.

Segundo dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan) no final de 2013, 86,8% dos casos decorreram de relações heterossexuais com pessoas infectadas com o HIV. As mulheres em relação estável enfrentam dificuldades em negociar o uso do preservativo com o companheiro, algumas chegam a sofrer violência por conta da situação.

Outra data importante é o 6 de dezembro – Dia do Laço Branco – homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres. A data refere-se ao massacre ocorrido na Escola Politécnica de Montreal (Canadá) em 1989, 14 estudantes do sexo feminino foram

assassinadas e 13 ficaram feridas. O massacre foi desferido por Marc Lépine, misógino, acreditava que as mulheres estavam ocupando o lugar dos homens na sociedade. Lépine entrou em uma classe de engenharia mecânica, armado forçou os homens a se retirarem e atirou nas mulheres. A data é lembrada como símbolo da misoginia e inspirou a Campanha do Laço Branco – mobilização mundial de homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres. No Brasil a campanha ganhou um marco legal com a instituição da Lei nº 11.489/2007 promulgada pelo Presidente Lula instituindo o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A finalização da campanha no dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos, data promulgada pela ONU em 1948, lembra que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos, e que uma vida sem violência é um direito das mulheres.

Os dados de violência contra as mulheres são alarmantes no país, conforme “O mapa da violência” publicado em 2012 pelo Instituto Sangari o Paraná é o terceiro estado do país com maior número de assassinatos de mulheres, Piraquara é o segundo município com assassinatos de mulheres e o Brasil está em 7º lugar em número de femicídio, num ranking de 84 países.

Embora haja um forte fortalecimento de ações institucionais e de políticas públicas e em prol do fim da violência contra as mulheres nos últimos 12 anos, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SPPIR que também faz um corte de gênero, ambas criadas em 2003 e com a promulgação da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha em 2006. É importante que os movimentos sociais e sindicais acompanhem e participem da gestão das políticas públicas. Muitos programas importantíssimos como “Mulher, Viver sem Violência”, que integra serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para trabalho, emprego e renda, precisam ter a gestão também dos movimentos sociais.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O programa reforça a rede de serviços públicos por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Inclui a transformação do Ligue 180 em disque-denúncia, as unidades móveis de atendimento e a Casa da Mulher Brasileira. O Paraná é signatário do Pacto Nacional por isso é fundamental a participação na gestão das políticas através dos Conselhos Municipais e Estadual dos

Direitos das Mulheres. A unidade da Casa da Mulher Brasileira em Curitiba está em fase de construção e tem a previsão de ser inaugurada em 2015. O governo federal irá investir em todo o país (26 capitais e Distrito Federal) R\$ 116 milhões para a construção das casas. Em Curitiba serão aplicados R\$ 7,3 milhões em uma área construída de 3.118 m<sup>2</sup>. Para uma vida sem violência a atitude é fundamental!

01/12/2014 - Teletime

## TIM reafirma opção por crescimento orgânico com mais investimento em infraestrutura

Em meio às especulações de consolidação no mercado brasileiro, a TIM mantém sua estratégia de destinar mais recursos para aumentar sua infraestrutura, em particular no aumento do backhaul e até em um possível refarming de frequências. O ponto é que a operadora se diz em uma posição confortável e que não há intenção de negociar nada se a companhia não enxergar valor na transação. "Eu não preciso comprar ou vender, nosso plano de crescimento é baseado em crescimento orgânico", disse o CEO da tele, Rodrigo Abreu. Naturalmente, ele reafirma que, havendo oportunidades, elas "obviamente" serão analisadas pela empresa e sua controladora, a Telecom Italia.

Perguntado sobre o acordo de exclusividade de negociação da Oi com a Altice para a venda de ativos da Portugal Telecom (PT), com objetivo de poder financiar uma eventual consolidação, o executivo lembra do que veio a acontecer após a entrada dos portugueses na operação brasileira. "Quando se lembra da fusão da Oi com a PT, era estruturada para ter mais capitalização. Na prática, o que vemos é uma volta da situação que era há dois anos", diz, ressaltando ainda que o índice de alavancagem da Oi é muito alto, mas que a operação é "necessária para a empresa, até para ela se manter".

Comparando com a recente investida na GVT, Abreu diz que a transação "não era necessidade", e que a recusa em participar da disputa pela empresa acabou resultando na destinação de mais investimentos em fibra, infraestrutura que está agora em

mais de cem cidades no País, em geral como backhaul para o acesso móvel.

### Investimentos

Outra fonte que será revertida em Capex é o processo de venda de 6,2 mil torres para a American Towers por 900 milhões de euros, que já foi concluído, mas ainda precisa de aprovações. Abreu considera a transação "muito bem sucedida", e a operadora deverá manter ainda 2 mil torres próprias e acumular 10 mil de terceiros. "Vamos aplicar o dinheiro em infraestrutura", afirmou.

A TIM já fechou com a Telecom Italia o plano industrial para o triênio 2015-2018, que deverá ser divulgado aos acionistas ainda neste mês. Segundo ele, o investimento anual será em linha do que já foi investido em 2014, que foi "um número próximo aos R\$ 4 bilhões" (a mais do que os R\$ 3 bilhões do triênio anterior), quantia que não inclui os R\$ 1,7 bilhão da compra do espectro na faixa de 700 MHz.

Abreu afirma que o pagamento do leilão será efetuado à vista. "Não deverá ser problema, com grau de certeza que é o pagamento à vista, tem só o questionamento da parcela adicional, que veio de um cálculo de suposição de economia e que não estava no edital", diz, citando um valor de R\$ 60 milhões adicionais cobrado pela Anatel.

A faixa de 700 MHz não será a única que deverá receber a tecnologia LTE da operadora no futuro. "Hoje temos espectro de 1,8 GHz para 2G em locais interessantes, pode ser que para usar para o 4G, e esse refarming pode vir acontecer antes do que muita gente acredita", declara.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/12/2014 - Teletime

# Bernardo quer incluir metas de banda larga na renovação de contratos de telefonia fixa

Deixando como legado para o próximo mandato da presidenta Dilma Rousseff o programa Banda Larga Para Todos, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, espera que a discussão da repactuação dos atuais contratos de concessão de telefonia fixa (STFC), cuja revisão quinquenal será efetuada em 2015, inclua também metas para universalização da Internet. Ele afirma que é possível fazer o plano de banda larga sem isso, mas, na opinião dele, seria "um desperdício não fazer".

"O governo não vai condicionar. Eu defendo que é mais razoável fazer a renegociação da concessão de telefonia fixa e incluir obrigações de banda larga de qualidade, além de dar mais prazo para o contrato", disse ele em conversa com jornalistas nesta segunda-feira, 1º, durante a Conferência Bienal ITS 2014, no Rio de Janeiro. O prazo para o encerramento dos contratos é, atualmente, 2025. Para o ministro, incluir obrigações de universalização de Internet é uma questão de modernizar a infraestrutura de telefonia fixa. "Não mexer significa que essa infra (de telefonia) vai definir."

A meta, anunciada pela presidenta Dilma ainda durante a campanha para a reeleição, era de conectar 90% dos municípios com infraestrutura de fibra até a cidade, dobrando a quantidade de acessos à banda larga em 2018, além de aumentar a velocidade de 5,5 Mbps para 25 Mbps no período.

A conta para a expansão de infraestrutura do

programa Banda Larga Para Todos, segundo o ministro, é de R\$ 50 bilhões se fossem incluídas as metas de conexões urbanas por fibra a 45% dos domicílios, mas para levar a fibra apenas até os municípios seria de R\$ 10 bilhões. O ministro sugere novamente que haja a modalidade de leilão reverso para ajudar o setor privado com os investimentos. "Não pretendemos pagar essa conta (sozinhos), pode ser que no interior não faça sentido para empresas investirem, aí o governo entra com subsídio parcial", declara.

Deixando cargo

O ministro Paulo Bernardo entregou sua carta de demissão para a presidenta Dilma Rousseff, como fizeram todos os demais, apesar de considerar a prática "dispensável". Ele diz ainda não saber se continua ou não à frente da pasta, mas prevê uma tendência para que seja realmente substituído em 2015. "Acho natural e desejável que haja mudança e renovação", disse ele. Permanecer no governo também não deve ser uma opção. "Eu já sou ministro há praticamente dez anos, acho que em termos de renovação eu estou na mira", complementou, lembrando o período em que esteve no comando do Ministério do Planejamento. Em se tratando de sucessor, Bernardo não acredita que seja necessariamente alguém da base do PT, mas alguém que "entenda as necessidades do setor" e que "faça bem o trabalho, afinado com o governo".



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/12/2014 - Telesíntese

# Para Paulo Bernardo, venda da PT é boa notícia, pois aumenta liquidez da Oi.

A venda da Portugal Telecom pela Oi é bom para a operadora brasileira, pois melhora as condições da empresa, a sua liquidez, e aumenta os investimentos no Brasil, afirmou hoje o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Mas ele voltou a se manifestar contrário à consolidação do mercado brasileiro.

A venda da Portugal Telecom pela Oi é bom para a operadora brasileira, pois melhora as condições da empresa, a sua liquidez, e aumenta os investimentos no Brasil, afirmou hoje o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, no evento ITS (Internacional Telecommunications Society). Mas ele voltou a se manifestar contrário à consolidação do mercado brasileiro.

E a discussão sobre a fusão da Telecom Itália com a Oi ou o fatiamento da TIM, na visão do ministro, está ultrapassada. Ele lembra que, quando a Portugal Telecom entrou no capital da Oi, alguns afirmavam que o projeto da empresa nacional estaria acabado. "E agora, vejo a Oi vendendo a Portugal Telecom". "Não milito a favor de concentração, mas o mercado tem as suas características e pode acontecer", completou.

Ele entende que a venda da PT por 7,4 bilhões de euros, ou mais de R\$ 21 bilhões, é uma ótima notícia porque significa que a Oi aposta no Brasil. "Em uma coisa a empresa concorda conosco. O Brasil é um mercado que está crescendo muito, e vai continuar crescendo", afirmou.

### Smartphones

Segundo o ministro, país vai fechar o ano com 70

milhões de smartphones vendidos, quase o dobro do comercializado no ano passado. E ele entende que, no final do governo Dilma a rede de 4G será maior do que a rede 3G.

"Estou convencido que vai ser o 4G, e empresa que não tiver o 700 MHz vai penar". Sei que tem muita gente apostando na faixa de 900 MHz para fazer 4G, mas a largura de banda. é bem menor "O 700 MHz é o bicho", completou.

### Tecnologia no satélite

O ministro rebateu críticas de pesquisadores nacionais, de que o satélite nacional que está sendo construído pela Visiona, está absorvendo pouca tecnologia nacional. Segundo ele, este satélite saiu mais caro e vai demorar mais tempo para ser lançado, justamente porque há a preocupação do governo brasileiro com a transferência de tecnologia nacional. O primeiro satélite está previsto para ser lançado em 2016, a um custo de R\$ 1 bilhão. Segundo ele, o segundo satélite será contratado no próximo ano.

### TV Digital

Bernardo afirmou que espera que nas Olimpíadas, todos os canais de TV do Rio de Janeiro já estejam transmitindo em digital



01/12/2014 - Teletime

## Oi conclui terceira venda de torres à SBA, por R\$ 1,172 bilhão

A Oi conclui nesta segunda, dia 1º, a venda de 1,641 mil torres de telefonia móvel para a SBA Torres por R\$ 1,172 bilhão. Anunciada em 25 de junho, trata-se da terceira venda de torres para a SBA desde o ano passado com o objetivo de injetar dinheiro em caixa e melhorar a flexibilidade financeira da empresa. Em julho de 2013, a Oi acertou a venda de 2.113 torres fixas e respectivas áreas nas quais estão localizadas por R\$ 686,725 milhões e em dezembro, de outras 2.007 torres de telefonia móvel por R\$ 1,525 bilhão.

Como as vendas anteriores, a conclusão da transação, já prevista para ocorrer neste mês de dezembro, se deu pela transferência, nesta data,

de 100% das ações de uma sociedade controlada pela Telemar Norte Leste S/A e pela BRT Serviços de Internet S/A, detentora das 1,641 torres, para a SBA, injetando assim o total de R\$ 1.172.493.238 no caixa da Oi.

A transação prevê, como de praxe, contrato de locação de longo prazo para continuidade dos serviços de telefonia móvel da Oi, como comunicado pela operadora à época do anúncio do negócio, e permitiria a ela "aumentar os vencimentos e maturidade da dívida, reduzir o custo associado ao financiamento e fortalecer a posição de liquidez" da tele brasileira.

01/12/2014 - CUT

## CPI do Trabalho Infantil apresenta relatório final

### Comissão se reunirá na quarta (3) para discussão e votação do relatório

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a exploração do trabalho infantil no País se reúne na quarta-feira (3) para discussão e votação do relatório final dos trabalhos. O documento será apresentado pela relatora da CPI, deputada Luciana Santos (PCdoB-PE).

Instalada em setembro de 2013, a CPI realizou diversas audiências públicas, em Brasília e nos estados, para discutir temas como trabalho infantil doméstico, acidentes e mortes por trabalho infantil, combate ao trabalho de crianças no Carnaval e fiscalização do trabalho infantil.

A partir dos dados coletados ao longo dos debates e diligências, a relatora vai apresentar uma análise sobre a situação atual e propor medidas de combate ao problema.

A criação da comissão foi sugerida pela deputada

Sandra Rosado (PSB-RN), que é presidente da CPI.

### Legislação atual

No Brasil, o trabalho é proibido antes dos 14 anos, e só pode ser feito em meio período com os adolescentes entre 14 e 15 anos, mas contratados como aprendizes.

Já os adolescentes entre 16 e 17 anos só podem trabalhar se tiverem vínculo empregatício formalizado (carteira assinada e a garantia de acesso aos direitos do trabalho) e, mesmo assim, desde que não estejam em ocupações proibidas pela lista tipificada das ocupações que oferecem perigo – emprego doméstico é uma delas, ou seja, não traz nenhum aprendizado e está proibido.

A reunião da CPI está marcada para as 14h30, no Plenário 13.



01/12/2014 - Rede Brasil Atual

## País tem aumento da expectativa de vida, envelhecimento e queda da mortalidade infantil

**Segundo o IBGE, taxas de mortalidade são maiores para o sexo masculino 'desde o nascimento'. No caso dos jovens, isso acontece pelo maior incidência de mortes por causas violentas**

Em 2013, o Brasil teve aumento da expectativa de vida e queda na taxa da mortalidade infantil, além de confirmar a tendência de envelhecimento da população, segundo os dados das chamadas tábuas de mortalidade, divulgadas hoje (1º) pelo IBGE. A esperança de vida ao nascer passou de 74,6 anos, em 2012, para 74,9 anos. Na comparação com 1980, são 12,4 anos a mais. Chegou a 78,6 anos para as mulheres e 71,3 anos para os homens – acréscimos de 12,9 anos e 11,7 anos, respectivamente.

Ainda segundo o instituto, a unidade da federação com maior expectativa de vida em 2013 foi Santa Catarina: 78,1 anos. A menor foi registrada do Maranhão, 69,7 anos.

Já a taxa de mortalidade infantil (até 1 ano de idade) foi de 15 para cada mil nascidos vivos. Em 1980, essa taxa era de 69,1 (queda de 78,3%). E a de mortalidade na infância (até 5 anos) passou de 84 para 17,4, redução de 79,3%.

No levantamento, são destacados vários fatores que contribuíram para essa melhoria. Entre eles, aumento da vacinação, reidratação oral, programa de pré-natal, aleitamento materno, crescimento do número de estabelecimentos de saúde, aumento da renda e o programa Bolsa Família.

De acordo com o IBGE, também vem caindo a taxa de mortalidade dos jovens, na faixa de 15 a 24 anos, especialmente na população feminina. No ano passado, a probabilidade de um jovem de 15 anos não atingir 25 era de 13,6 a cada mil, ante 17,7 em 1980. No ano passado, a proporção de cada mil jo-

vens do sexo masculino não chegarem aos 25 anos era de 22, e a das mulheres, 5 por mil. Em relação a 1980, a queda entre os homens (23 por mil) foi de 7,5%, e no caso das mulheres (12 por mil em 1980), de 56,5%. "Esse fenômeno pode ser explicado pela maior incidência dos óbitos por causas violentas na população masculina", diz o instituto.

"A população brasileira vem envelhecendo rapidamente, tanto em função do declínio da fecundidade quanto da mortalidade", acrescenta o IBGE. "Esta última variável tem influência direta no aumento da longevidade dos brasileiros. Em 1980, de cada mil pessoas que atingiam os 60 anos, 656 não chegariam aos 80 anos. Em 2013, de mil pessoas com 60 anos, 427 não completariam os 80 anos, representando 229 óbitos a menos."

Os brasileiros com 60 anos de vida em 1980 tinham expectativa de viver mais 16,4 anos. No ano passado, essa expectativa subiu para 21,8 anos. "Ou seja, em 2013, um brasileiro com 60 anos de idade viveria, em média, até os 81,8 anos, sendo 79,9 anos a média para os homens e 83,5 anos para mulheres."

O IBGE informa ainda que a maior mortalidade da população masculina "pode ser observada desde o instante do nascimento". Pelo levantamento, a probabilidade de um recém-nascido do sexo masculino não completar o primeiro ano de vida foi de 16,3 para cada mil nascidos vivos, enquanto no caso das meninas a taxa foi de 13,7 por mil.



30/11/2014 - Carta Capital

## "Não discutir impostos sobre riqueza é loucura"

O economista francês Thomas Piketty defende o aumento dos tributos sobre heranças e fortunas e afirma que a fatia de riqueza dos 10% mais ricos está sendo subestimada

No Brasil, a simples menção a um aumento nos impostos é garantia de turbulência para o governo. No caso do tributo sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal e jamais aplicado, o tema só foi lembrado nas eleições deste ano por partidos de esquerda como PSOL e PSTU. Durante a campanha, Dilma Rousseff nem ousou pisar no terreno espinhoso. Nos países desenvolvidos, cujas fortunas chegam a superar em seis vezes a renda nacional, a criação de taxas para limitar os ganhos de capital já começou. Em 2012, a França aprovou uma alíquota de 75% sobre as maiores riquezas do país.

Não à toa, trata-se da terra natal de Thomas Piketty, economista alçado ao status de celebridade após entrar para a lista dos autores mais vendidos do New York Times por seu livro *O Capital No Século XXI*, lançado no Brasil pela editora Intrínseca. O sucesso explica-se não apenas pela densidade de sua base de dados, responsável por atestar o grande aumento da desigualdade de renda nos países ricos do Ocidente a partir da década de 1970. O livro inspira-se na tradição historiográfica francesa ao enxergar política, economia e cultura como dimensões integradas, e as relaciona com notável erudição. Por esse motivo, Piketty se vê mais como um cientista social e menos como um economista.

De passagem pelo Brasil, o pesquisador concedeu uma entrevista a CartaCapital. Simpático, fez questão de reiterar inúmeras vezes a necessidade dos países adotarem impostos mais onerosos às grandes fortunas para impedir a acumulação crescente dos 10% mais ricos no planeta. "A limitação da concentração é a saída para fazer da propriedade

privada algo temporário", diz. "É como dizer: 'Você é o dono, mas não para sempre. Se você continuar investindo e trabalhando, poderá manter essa propriedade. Se mantiver seu capital parado, iremos distribuí-lo.'"

Afinado com a realidade política e econômica brasileira, Piketty defende o aumento de impostos sobre as heranças no País, até 10 vezes inferiores aos da Alemanha e dos Estados Unidos, e critica o grande volume de tributos indiretos, a alta taxa de juros e a falta de transparência nos dados da Receita Federal para grandes fortunas. Sobre programas como o Bolsa-Família, defende sua importância na redução da pobreza, mas considera ainda mais relevante a política de valorização do salário mínimo. A dificuldade em debater o aumento dos impostos sobre riqueza e patrimônio no país o surpreende. "Não discuti-los no Brasil é uma loucura. Todos os países têm impostos sobre herança muito superiores ao brasileiro. Você não precisa ser de esquerda para defender essa medida. Por acaso Angela Merkel ou David Cameron são de esquerda?"

CartaCapital: Professor, um dos aspectos mais interessantes de seu livro é o diálogo apresentado entre a economia e as outras humanidades, em especial a história. Há uma forte base da história social de Fernand Braudel e Geroges Duby em seu trabalho. Trata-se de uma abordagem rara atualmente. Por que é tão difícil encontrar estudos econômicos interdisciplinares no contexto atual?

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/economia/thomas-piketty-nao-discutir-impostos-sobre-riqueza-no-brasil-e-loucura-7525.html>